HEGEMONIA E DIREITO ¹

Alessandro Octaviani ²

Um dos estudiosos italianos dedicados à obra de Gramsci, Luciano Gruppi, apresenta as raízes da palavra: “O termo hegemonia deriva do grego *eghstai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia* o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si”.³

O conceito de hegemonia em Gramsci, entretanto, não surge como uma invenção ou descoberta sua, muito embora sua contribuição seja original e destacada. Insere-se em uma tradição que remonta aos marxistas russos anteriores a Lenin, como anota Perry Anderson, em seu já mencionado ensaio crítico dedicado a Gramsci.⁴

¹ O presente trabalho corresponde a capítulo da dissertação de Mestrado do autor, desenvolvida junto ao Departamento de Ciência Política da FFLCH – USP, sob a orientação do prof. Cícero Araújo, com o título *Hegemonia e direito: uma reconstrução do conceito de Gramsci*, durante os anos de 2002-5.

² Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela USP; Mestre em Ciência Política pela USP; Prof. da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas; Integrante do grupo de pesquisa *Direito e subdesenvolvimento: o desafio furtadiano*, junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da FADUSP, cadastrado no CNPq.

³ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 1. Do mesmo autor, sobre a origem do termo: *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Tradução de Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 78. Sobre o mesmo ponto: MORAES, Dênis de. *Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <<http://www.atnet.com.br/gramsci/>>.

⁴ ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. *Afinidades eletivas*. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 26 e ss. “O termo *gegemoniya* (hegemonia) era um dos lemas políticos centrais do movimento socialdemocrata russo do fim dos anos 1890 a 1917. A idéia que ele continha começou a emergir nos escritos de Plekhanov, em 1883-1884, quando ele insistiu sobre a necessidade

A apreensão do conceito de hegemonia em Gramsci será mais consistente se tivermos em mente que ele está empenhado em *desvendar as causas da subordinação política*, a partir de três pontos de vista: (i) de um marxista, (ii) de um dirigente comunista italiano meridional, (iii) de um sofisticado intelectual com grande apreço pelo que de mais avançado a cultura ocidental logrou apresentar.⁵

Cada uma dessas três características contribuirá de maneira rica para a completude do pensamento de Gramsci: a inserção na tradição marxista, mas a partir de uma preocupação fundamentalmente política (atividade que na atual configuração histórica metaboliza as demais atividades humanas – inclusive a economia), o levará a superar o quadro dos vários determinismos (economicista, empirista, idealista), abrindo novas possibilidades de relação entre o real e o possível;⁶ ser um dirigente

imperativa para a classe operária russa de travar um combate político contra o czarismo e não somente um combate econômico contra seus patrões.” Do historiador inglês sobre o pensador sardo, cf. também as análises realizadas em *Considerações sobre o marxismo ocidental*, tradução de Marcelo Levy, 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁵ Fixar tais pontos de vista é tomar posição no debate sobre as interpretações de Gramsci. Veja-se a observação de Dante Germino, Interpretando Gramsci, in: Carlos Nelson Coutinho e Andréa Teixeira (Org.), *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127. “Como Benedetto Fontana observou, ‘parece haver tantos pontos de vista sobre Gramsci quanto são os intérpretes’. Ele identifica seis destes pontos de vista: o crociano, o hegeliano, o leninista, o jacobino, o democrático-espontaneísta e o voluntarista. A questão que quero propor é esta: existe um Gramsci gramsciano?” Nicola Baldoni, por sua vez, proporrá a seguinte divisão, em Gramsci: a filosofia da práxis como previsão, *História do marxismo*, cit., v. 10, p. 122: “Segundo esquemas muito gerais, podem-se distinguir três correntes: uma primeira, que, em variadas formas e com diferentes graus de sensibilidade, tendeu a recolocar Gramsci no âmbito exclusivo do leninismo; uma segunda, interessada predominantemente nas inovações que ele introduziu na teoria das superestruturas (hegemonia ou Estado); uma terceira, a mais recente, preferiu o filósofo da sociedade industrial ao teórico do socialismo, a ponto de apontar nele mais um momento de passagem para a aceitação do primeiro revisionismo do que um modo de reação crítica ao mesmo”.

⁶ Um dos acusados de tentar fazer de Gramsci um não-marxista, Bobbio, é explícito: “(...) o fato de ser Gramsci um pensador marxista foi sempre para mim uma coisa

revolucionário italiano (portanto “ocidental”) trará tarefas que são completamente diferentes das tarefas dos revolucionários russos, levando a um profundo mergulho na história italiana e na especificidade das sociedades mais complexas, ao passo que o qualificativo *meridional* contribuirá com os problemas enfrentados pela periferia do país; o enorme apreço pelo “melhor argumento do adversário”, pelo “melhor adversário” dentro da cultura ocidental, obrigará seu sistema (e todos os que nele vierem a inspirar-se) a defrontar-se com o que de mais avançado e sofisticado as ciências e a cultura de seu tempo produzirem.

Esses três “pontos de vista” emergem, nos *Cadernos*, amalgamados no conceito de hegemonia, que, como já adiantei, é a “unidade de inspiração” da obra.

Esta opção de leitura dos *Cadernos* é compartilhada com diversos intérpretes, entre os quais Gruppi: “Em todas as análises realizadas por Gramsci, encontro a presença de uma linha principal que as guia, presente em todos os *Cadernos*. Essa constante me parece ser o problema da hegemonia, no sentido de que todas as análises dos processos histórico-sociais, quer se trate da formação dos intelectuais ou da formação do Estado unitário italiano, quer se trate da literatura italiana ou de suas relações com o povo, derivam e estão ligadas à questão da hegemonia: como se realiza a hegemonia de uma classe, como deve se desenvolver o processo que leva à hegemonia do proletariado; qual o modo específico no qual se colocam as questões da hegemonia e, em particular, a questão da hegemonia do proletariado na Itália, na específica situação italiana”.⁷

Francisco Fernandez Buey compartilha essa leitura: “Há pelo menos um aspecto da obra de Gramsci que pode nos ser de grande utilidade para entender e ajudar a mudar o mundo de hoje. Trata-se de sua reflexão sobre língua, linguagens e política. As reflexões histórico-filológicas de Gramsci, e particularmente sua concepção da linguagem como atividade conformadora, por um lado, de sentimentos e crenças comuns e, por outro, de fraturas sociais, tiveram uma importância decisiva não só para a elaboração de uma teoria da cultura baseada na idéia de reforma intelectual e moral,

pacífica”. *Ensaio...*, cit., p. 26. A questão, para Bobbio, será “de que forma Gramsci é marxista”.

⁷ *O conceito...*, cit., p. 66.

mas também na elaboração da teoria da hegemonia, que é o núcleo central da filosofia política do Gramsci maduro”.⁸

É assim também para Leonel Mello: “Em nossa análise, a hipótese central é a de que a noção de hegemonia contém em si a possibilidade de articular dialeticamente os outros conceitos dos Cadernos (bloco histórico, intelectual, partido político, Estado, sociedade civil e sociedade política) em uma totalidade significativa”.⁹

Da mesma maneira, Alastair Davidson e Katheleen Weekley: “No entanto, o Estado capitalista só pode assegurar o consenso tecnicamente possível através da democracia, ao ‘educar’, no sentido amplo, a massa da população para aceitar as percepções oficiais do mundo. Uma discussão integral desse processo exigiria uma nova apresentação do conceito básico de Gramsci, o fio condutor da ‘hegemonia’”.¹⁰

O conceito de hegemonia em Gramsci, entretanto, sofre variações nas diversas fases de sua produção. Essas variações são objeto de acirrado debate.¹¹

⁸ Gramsci no mundo de hoje, *Ler Gramsci, entender a realidade*, cit., p. 27.

⁹ *Série Política*, cit., n. 32, p. 2.

¹⁰ Gramsci e os direitos humanos, *Ler Gramsci, entender a realidade*, cit., p. 93. Além destes intérpretes, podem ser citados, entre outros: BROCCOLO, Angelo. *Antonio Gramsci y la educación como hegemonía*. 3. ed. Tradução de Fernando Mateo. México: Nueva Imagem, 1981. BOCK, Robert. *Hegemony*. Londres: Tavistock, 1986.

¹¹ BARATTA, Giorgio. *Le rose e i quaderni: il pensiero dialogico di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2003. p. 17. “C’è anche una storia tutta politica della lettura dei testi e dell’interpretazione del significato e dell’uso di determinate categorie. Si prenda il concetto di ‘egemonia’ e di ‘lotta egemonica’: c’è stata e c’è tuttora una vera e propria ‘lotta egemonica’ sul modo di intendere ‘egemonia’. Penso ad esempio ai socialisti italiani che negli anni Settanta, per contrastare l’avanzata del movimento comunista e la spinta gramsciana che si stava manifestando (ma era l’ultima volta) nella cultura italiana, si proposero di dimostrare e persuadere che il concetto stesso di ‘egemonia’ avrebbe un carattere antidemocratico, confondendo consapevolmente ‘egemonia’ con il senso corrente di ‘egemonismo’.”

Introduzirei os termos gerais deste debate e depois avançarei para uma reconstrução do conceito, extraíndo-o (i) das reflexões de Gramsci sobre a natureza eminentemente prática do homem (e a única filosofia, para Gramsci, capaz de responder à integralidade de tal natureza: a filosofia da práxis), (ii) a centralidade da política como atividade humana e os objetivos passíveis de serem nela alcançados, bem como seu reverso, as dificuldades existentes, e (iii) a natureza do conhecimento produzido pelo homem em sociedade, em relação política, referenciando-me em duas preocupações de Gramsci, os “intelectuais” e o “americanismo-fordismo”.

Da articulação dessas três ordens de problemas aparecerá, espero, um contorno adequado do conceito de hegemonia. Esse contorno há de revelar que a compreensão do conceito torna-se mais adequada quando dedicada a devida atenção ao papel jogado, na reflexão de Gramsci, pelo direito.

Para Bobbio, o conceito de hegemonia deve ser apreendido por meio da percepção de que ocorreu uma mudança de um uso anterior, nitidamente leninista e centrado na direção política, para um outro, posterior, que engloba a direção cultural:

“Também na linguagem gramsciana, o termo ‘hegemonia’ e seus derivados passaram a aparecer com certo destaque muito tarde, em dois escritos de 1926 (na *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético* e no escrito inacabado *Alguns temas da questão meridional*), ou seja, nos últimos escritos anteriores aos Cadernos, sendo bastante raros nos escritos inspirados diretamente em Lenin e que ocupam o período que vai de 1917 a 1924.

Naturalmente, importa menos a questão lingüística do que a questão conceitual. Pois bem: do ponto de vista conceitual, o termo ‘hegemonia’ nos Cadernos (e nas Cartas) não tem mais o mesmo significado que nos dois escritos de 1926. Nestes, ele é empregado, de acordo com o predominante significado oficial dos textos soviéticos, em referência à aliança entre operários e camponeses, ou seja, no sentido de direção política; nos Cadernos e nas Cartas, adquire também – e predominantemente – o significado de ‘direção cultural’. (...)

Esquemáticamente, podemos dizer que a modificação de significado ocorreu através de uma inconsciente (mas nem por isso menos relevante) distinção entre uma acepção mais restrita, segundo a qual hegemonia significa direção política (e é o significado dos escritos gramscianos de 1926 e o que predomina na tradição do marxismo soviético), e uma acepção mais ampla, segundo a qual significa também direção cultural. Digo ‘também’ porque, nos Cadernos, o segundo significado não exclui o primeiro, antes o inclui e o completa: nas páginas programáticas dedicadas ao moderno Príncipe (publicada no início das Notas sobre Maquiavel), Gramsci propõe dois temas fundamentais para o estudo do partido moderno, a saber: o da formação da ‘vontade coletiva’ (que é o tema da direção política) e o da ‘reforma intelectual e moral’ (que é o tema da direção cultural). Insisto na diferença entre esses dois significados de hegemonia porque, em minha opinião, os termos de uma comparação conclusiva entre Lenin (e, em geral, o leninismo oficial) e Gramsci só podem ser postos se levarmos em conta que o conceito de hegemonia foi se ampliando na passagem de um para o outro até o ponto de compreender em si o momento da direção cultural; e se reconhecemos que, por ‘direção cultural’, Gramsci entende a introdução de uma ‘reforma’ no sentido forte que esse termo possui quando se refere a uma transformação dos costumes e da cultura, em antítese ao sentido fraco que ele adquiriu na linguagem política (donde a diferença entre ‘reformador’ e ‘reformista’).¹²

Desta maneira, Gramsci recolheria a proposição anteriormente desenvolvida por Lenin, de hegemonia como direção política na aliança entre classes exigida em um processo revolucionário, e a enriqueceria com a noção de direção cultural.¹³

¹² *Ensaio...*, cit., p. 66-67.

¹³ Para Gruppi, *O conceito...*, cit., p. 5, a utilização do conceito de hegemonia por Gramsci, fundado essencialmente em Lenin, pode ser assim esquematizada: “O que entende Gramsci quando fala de hegemonia, referindo-se a Lênin? Gramsci entende a ditadura do proletariado. Isso resulta evidente das passagens citadas. Gramsci fala do princípio teórico-prático, de teorização e realização da hegemonia, ou seja, da

Para outros, como Christinne Buci-Glucksmann, a mutação do conceito é ainda mais rica, uma vez que hegemonia vai de “estratégia do proletariado” a fundamento de uma teoria do Estado:

“Entre todos esses conceitos, há um que sofre uma mutação espantosa em relação a seu emprego anterior: o de hegemonia. Até 1926 (inclusive em *A Questão meridional*), a hegemonia designava principalmente uma estratégia alternativa do proletariado (*hegemonia do proletariado*). Ora, o *Caderno 1* efetua uma *mudança de campo*: a hegemonia, especificada pelo novo conceito de *aparelho de hegemonia*, refere-se sobretudo às práticas da classe dominante. Mais ainda, enquanto nos *Cadernos* posteriores (7 e 8) a hegemonia englobará progressivamente as estruturas do Estado, aqui os conceitos de hegemonia e de aparelhos de hegemonia não são diretamente vinculados à problemática do Estado, e sim à da constituição de classe, em um processo de transformação revolucionária”.¹⁴

O conceito de hegemonia em Gramsci, para tais comentadores, partiria de um acento preponderante na estratégia política do proletariado, para outro, que engloba a questão cultural ou a forma de exercício do poder no Estado burguês.

Revolução de Outubro e da ditadura do proletariado. Isso se torna explícito num texto de 1926, no qual ele diz: ‘Os comunistas turineses se haviam colocado concretamente a questão da hegemonia do proletariado, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado proletário’; vê-se aqui uma estreita conexão entre hegemonia do proletariado e ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado é a forma política na qual se expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia. Com efeito, escreve ele ainda, ‘o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora’. *A hegemonia é a capacidade de direção, de conquista de alianças*, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia”.

¹⁴ *Gramsci e o Estado*. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 69-70.

Avalio que essa percepção é essencialmente correta, mas que merece algumas ponderações.

A primeira delas diz com o fato de, no primeiro momento do conceito (o de sua igualação à capacidade de liderar alianças), **não** estar totalmente descartada, para Gramsci, a questão cultural.

A prática do grupo do jornal *L'Ordine Nuovo* (a fração comunista de Turin, envolvida com o “biênio vermelho”, no qual os operários sofrem uma dura derrota) demonstra a preocupação de Gramsci em articular, à direção política, a direção cultural (sendo esta, de resto, apenas uma intensificação dos “grupos de cultura” que Gramsci havia tentado organizar anteriormente no movimento socialista italiano).

Levar tais elementos em conta auxilia a compreender a mutação depois ocorrida: não afirmo que já existia antes dos *Cadernos* a concepção de hegemonia como direção cultural, mas tendencialmente ela pode ser escavada em diversos momentos.¹⁵

De qualquer maneira, mais importante do que a determinação filológica ou documental sobre o momento desta mutação no conceito, é o percurso intelectual que leva a ela.

Este percurso deve necessariamente partir da concepção filosófica de Gramsci sobre a natureza humana, essencialmente prática e relacional, articulada no longo parágrafo a seguir:

“É neste ponto que o conceito do homem deve ser reformado. Ou seja, deve-se conceber o homem como uma série de

¹⁵ Uma outra ponderação à esquematização dessa “mutação” diz com o fato de ela consagrar a Lenin o papel de articulador do conceito de hegemonia como direção política. Tal é correto, desde que não se esqueça de que ele, tendo que optar em um Congresso da III Internacional sobre “a questão italiana”, decidiu-se pela resolução apresentada pelo grupo de Gramsci contra o grupo de Bordiga, demonstrando estar atento às diferenças entre as situações russa e italiana, que envolvia, no fundo, a questão da hegemonia como direção cultural. Dentre os escritos de Gramsci sobre Amadeo Bordiga, o dirigente que o antecedeu na liderança do partido, podem ser consultados, além de apontamentos que serão realizados nos *Cadernos*, também diversas cartas, como as contidas em *Lettere: 1908-1926*, cit., p. 229, 275 e 316.

relações ativas (um processo), no qual se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante. Neste sentido, o verdadeiro filósofo é – e não pode deixar de ser – nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte”.¹⁶

O homem é um ser em relação, capaz de inteligibilidade dessas relações. Essa inteligibilidade e a capacidade de operar uma atitude flexionante no ambiente são o espaço de liberdade humana:

“Se a própria individualidade é o conjunto de relações, construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações; modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações. Mas estas relações, como vimos, não são simples. Enquanto algumas delas são necessárias, outras são voluntárias. Além disso, ter consciência mais ou menos profunda delas (isto é, conhecer mais ou menos o modo pelo qual elas podem ser modificadas) já as modifica. As próprias relações necessárias, na medida em que são conhecidas em sua necessidade, mudam de aspecto e de importância.

¹⁶ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 413.

Neste sentido, o conhecimento é poder. Mas o problema é complexo também por um outro aspecto: não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado. Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com outros os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível”.¹⁷

Gramsci apresenta uma concepção da natureza humana fundada na práxis, atividade integral do ser humano, que engloba simultaneamente os processos materiais e simbólicos, sociais e psicológicos.

Esta concepção parece estar bastante próxima da proposta de, por exemplo, Fernando Haddad, ao confrontar o materialismo histórico com a impugnação que Habermas lhe dirige. Haddad termina por propor a articulação entre os paradigmas do trabalho e da interação.¹⁸

¹⁷ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 413-414.

¹⁸ *De Marx a Habermas: o materialismo histórico e seu paradigma adequado*. Tese (Doutorado) – Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, mimeografado, 1996. Sobre os aspectos institucionais do Instituto de Pesquisa Social: WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução do francês de Vera Harvey. Rio de Janeiro: Difel, 2002. Sobre a teoria crítica e psicanálise, apreendendo o momento habermasiano no qual a interação acossa o trabalho: ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Boitempo, 1998. Parece-me, entretanto, que o autor, no tratamento dado a Marcuse-Gramsci (p. 209-210), não leva em conta a observação gramsciana, recorrente nos escritos sobre americanismo e fordismo, de que a “hegemonia nasce da fábrica” (observação que não escapou a Francisco de Oliveira, em nota acima): “Marcuse, que provavelmente desconhece o pensamento de Gramsci, move-se, não obstante, num

A impugnação de Habermas ao materialismo histórico entende-o como preso à concepção instrumental de trabalho, o que nas condições atuais do capitalismo só levaria água para o moinho da racionalidade sistêmica. A alternativa habermasiana funda-se no desenvolvimento do paradigma da interação, radicalizando a aposta de Arendt. Para Haddad, entretanto, o materialismo histórico deve ter como seu paradigma adequado uma articulação do paradigma do trabalho e o da interação. Esta articulação garantiria ao mesmo tempo o controle sobre os processos materiais e simbólicos, o que obrigaria qualquer construção programática preocupada com a redistribuição do excedente material e com a mudança sobre o controle dos meios de produção a, necessariamente, estabelecer claramente o espaço público para a tematização dos meios e dos fins, permitindo um combate à colonização sistêmica das personalidades.¹⁹

Se minha leitura da proposta de Haddad está correta, tenho motivos para sugerir que esta concepção se aproxima bastante daquela exposta por Gramsci acima: lá

universo gramsciano. ‘A democracia capitalista de massa... torna-se capaz de apoiar-se, não sobre o terror e a penúria, mas sobre a opulência e a eficácia, e sobre a vontade geral de uma população oprimida e administrada’. Essa hegemonia se exerce a partir de um senso comum, isto é, a adesão voluntária da população aos valores funcionais para o sistema de dominação. (...) Mas o interesse de Gramsci não estava em mostrar o monolitismo da hegemonia vigente, e sim em descobrir, na sociedade civil, as brechas possíveis, para a construção de uma contra-hegemonia. Marcuse, ao contrário, vê essa hegemonia como já virtualmente consumada. Por outro lado, o senso comum de Gramsci é a sedimentação trivializada de uma filosofia orgânica, isto é, de uma ideologia. Para Marcuse, esse senso comum não vem da superestrutura, mas da infra-estrutura. A ideologia desertou no espaço da superestrutura, e foi aspirada pela irresistível força de gravitação da instância econômica. Na etapa da sociedade industrial avançada, a hegemonia se exerce a partir do aparelho produtivo, e são os próprios produtos que funcionam como instrumentos de mistificação. Os elementos da ideologia no sentido tradicional – religião, ideais políticos clássicos – não desapareceram, mas se tornaram irrelevantes. Mais precisamente: são contaminados pelo fetichismo da mercadoria, são retraduzidos na linguagem operacional da esfera da civilização, e nesse sentido são partes integrantes dessa esfera”.

¹⁹ Esta tentativa de articulação dos dois paradigmas parece estar presente no programa político de Nancy Fraser: Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: os novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001.

estão asseguradas as possibilidades de intervenção sobre os processos materiais e simbólicos, a partir da atividade criadora do homem em relação política.

Esta atividade criadora não precisa limitar-se à descolonização do mundo da vida invadido pelos sistemas da economia e do poder. Em Gramsci, porque presente a articulação dos paradigmas do trabalho e da interação (ou melhor, porque presente o paradigma da práxis), à política é reservado um espaço ainda mais generoso: o homem em relação política é capaz de transformar os rumos dos sistemas, subordinando-os.

Entretanto, para que do real empiricamente vigorante se extraia essa linha do possível, é necessário um absoluto realismo político, marca que nunca deixará de acompanhar nosso autor italiano.

O homem em relação, por meio da práxis, tem diante de si *a possibilidade* de interferir para guiar os processos materiais e simbólicos, de inserir nele a vontade: “(...) deve-se colocar o problema de modo ‘historicista’, e, simultaneamente, colocar na base da filosofia a ‘vontade’ (em última instância, a atividade prática ou política), mas uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde às necessidades objetivas históricas (...)”.²⁰

Segundo a sugestão de Debrun, “não se deve imaginar possíveis substantificados, que esperariam num céu inteligível sua encarnação eventual, alguns deles sendo em seguida escolhidos, ‘cooptados’ pelo real. Como para Bergson, o possível segundo Gramsci não existe ‘antes’ do real, num armazém. Só é possível o que já é de algum modo real: ‘A possibilidade não é *a* realidade mas é, também ela, uma realidade’ (CDH, p. 47)”.²¹

Assegurada a obtenção de um outro, do possível que já está, de certo modo, no real, deve-se inquirir como chegar a ele.

Aqui, estamos próximos ao segundo momento da reconstrução do conceito de hegemonia, referente à *centralidade da política como atividade humana e*

²⁰ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 202.

²¹ Op. cit., p. 66.

os objetivos passíveis de serem alcançados (juntamente do seu inverso, os obstáculos existentes). Novamente segundo Debrun, para Gramsci esse possível manifesta-se por tendências observáveis, que se alicerçam em passados mais ou menos fortes:

“Como, agora, identificar concretamente o possível? Se ele é algo real, embora não seja realidade plenamente desenvolvida, isso significa que ele tem de se manifestar como tendência. As potencialidades do aumento histórico são veiculadas, encarnadas, por tendências de uma intensidade variável. (...) Alicerçadas em passados desiguais, as tendências são de força desigual – razão pela qual falamos de possíveis dotados de probabilidades maiores ou menores. E a força maior pertence à tendência alicerçada no passado mais forte. Mas onde encontrar esse passado? Para Gramsci ele se confunde com a própria infra-estrutura, na medida em que, sem ser o motor principal da transformação social, ela representa para cada época a ‘herança-mor’, o problema fundamental oriundo da época anterior, problema a partir do qual essa nova época se constrói”.²²

Assim, a liberdade de criação do mundo depara-se com a realidade dos fatos presentes, coagulação da assimetria de forças da história da humanidade: “A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma ‘natureza humana’ abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento”.²³

O “conteúdo concreto” com o qual há de deparar-se o interessado na superação da subordinação recebe de Gramsci um detalhado tratamento, na nota 17 do estudo principal sobre Maquiavel, de título *Análise das situações: relações de força*.

²² DEBRUN, op. cit., p. 67-68.

²³ *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 56. Trata-se do célebre estudo sobre Maquiavel.

Para Gramsci, identificar as relações de força e os vetores contrários à vontade transformadora é o caminho para apreender como está estabelecida a subordinação:

“Na relação de força, é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental são os seguintes: 1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Esta relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número de empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana, etc. Este alinhamento fundamental permite estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante seu desenvolvimento.

2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. (...)

3) O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta. (O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo). Mas também esse momento não é algo indistinto e identificável imediatamente de forma esquemática; também nele podem-se distinguir dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de

político-militar. No curso da história, estes dois graus se apresentaram numa grande variedade de combinações”.²⁴

O homem em relação prática com seus problemas é capaz de inteligibilidade e intervenção perante seu ambiente e si próprio. Entretanto, deparar-se-á com a história coagulada, “com o passado esmagando o cérebro dos vivos”.²⁵ Esta história coagulada não é um obstáculo intransponível, mas sim obedece a relações de força, cujos vetores são em grande medida apreensíveis. Entre os elementos que compõem tais relações de força, deve-se prestar atenção, nesta reconstrução do conceito de hegemonia, ao momento “2”, a “relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”.

Deste eixo surge mais um passo da caracterização adequada do conceito de hegemonia, **com o direito em seu centro**. Veja-se a continuação da nota, especificando a proposição inicial do momento “2” (a transcrição, embora longa, é indispensável):

“Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos

²⁴ *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 36-46.

²⁵ É a apropriação gramsciana da célebre propositura metodológica que abre a análise da ascensão de Luís Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 6. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 21. Edição espanhola traz junto ao 18 Brumário o estudo sobre As lutas de classe na França de 1848 a 1850, sendo sua leitura conjunta essencial para compreender as análises de conjuntura de Marx: *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850: el dieciocho brumario de Luis Bonaparte*. Tradução de A. S. Cuper. 3. ed. Madri: Espasa Calpe, 1995. Para duas bem realizadas biografias de Marx: MCLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1990. WHEEN, Frances. *Karl Marx: a life*. Londres: Norton, 1999.

da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já se reivindica **o direito de participar da legislação** e da administração e mesmo modificá-las e reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o ciclo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das estruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua

formação e superação de equilíbrios instáveis (**no âmbito da lei**) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo”.²⁶

Desta densa e longa proposição extrai-se que, na luta política concreta, após a verificação do primeiro momento (a “realidade rebelde, que é o que é”, os números da produção econômica, a população, a rede de transportes e comunicações etc.), deve-se atentar para as articulações precisamente políticas que amarram e cimentam a realidade sobre a qual a intervenção transformadora proposta por Gramsci há de ser tentada. Esta análise, por sua vez, deve levar em conta os vários graus de consciência e de controle sobre as crenças e as instituições que os grupos sociais podem apresentar. **A tipologia de tais graus apresentada por Gramsci é referenciada diretamente em relação ao controle sobre o direito vigente na sociedade analisada.**

Um grau mais rudimentar de autoconsciência e autonomia de dado grupo social é percebido quando este luta pela obtenção de igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, reivindicando a possibilidade de participação na elaboração da legislação, nos quadros gerais da dominação por outros grupos. Para além desse estágio, será dominante justamente o grupo que conseguir estabelecer o ordenamento jurídico que funcione como quadro geral para os equilíbrios instáveis que se colocarão. Tal ordenamento (mesmo que aberto para a participação dos grupos subordinados em sua elaboração e na própria constituição do conteúdo) necessariamente apresenta uma unidade de sentido, plenamente perceptível, em favor dos interesses do grupo que domina.

Gramsci atenta, também, para os momentos de conjuntura localizados entre um e outro extremo das posições possíveis.

²⁶ GRAMSCI, Cadernos..., cit., v. 3, p. 41-42.

Sua privilegiada atenção a estes momentos de conjuntura (buscando identificar os fios que os ligam aos momentos principais) o levará a elaborar os conceitos de “grande política” e “pequena política”:

“Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (Giolitti, baixando o nível das lutas internas, fazia grande política; mas seus súcubos, *objeto* de grande política, faziam pequena política). Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado. Os mesmos termos se apresentam na política internacional: 1) a grande política nas questões relacionadas com a estatura relativa de cada Estado nos confrontos recíprocos; 2) a pequena política nas questões diplomáticas que surgem no interior de um equilíbrio já constituído e que não tentam superar aquele equilíbrio para criar novas relações”.²⁷

O direito está presente no centro da análise a respeito das relações de força que se conecta à concepção de Gramsci sobre a natureza relacional e prática da humanidade: identificar se o estágio e a posição são de busca por participação na elaboração do ordenamento ou de manutenção de suas linhas gerais é fundamental ao analista e agente prático, do mesmo modo que identificar se está-se tratando de “grande

²⁷ *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 21-22.

política” (substituição de um ordenamento por outro) ou “pequena política” (disputas dentro de um ordenamento que sustenta os instáveis equilíbrios).²⁸

Antecipando algumas proposições que adiante serão explicitadas, a hegemonia é a capacidade de liderar os grupos subordinados, dentro de um quadro no qual (i) estejam assegurados os interesses fundamentais dos dirigentes, (ii) os dirigidos englobem, em suas pretensões, as pretensões fundamentais dos grupos dominantes e (iii) os dirigidos tenham condições de também desenvolver algumas de suas pretensões.

Isto significa que será hegemônico o grupo que detiver a posição de controle sobre o vetor fundamental do ordenamento jurídico, seu vértice organizativo, permitindo aos grupos dominados margem de movimento, mas dentro de um quadro que assegura os limites de tais movimentos.

Em resumo, na proposta gramsciana, por sua natureza prática, a humanidade dispõe da possibilidade de escrever seu futuro, e os grupos subordinados podem lançar-se a tal aventura. No entanto, para que apresentem alguma chance de sucesso, terão que realizar uma dura e fria análise das forças operantes na realidade, que englobe três planos principais: o da contagem exata das forças materiais presentes em dada organização social, o das relações de organização política e o do momento militar.

As relações de organização política podem ser classificadas pela perspectiva em relação ao ordenamento jurídico: um grupo pode estar apto a lutar para participar de sua elaboração e influir em seu conteúdo ou para preservar seu conteúdo principal. Se o grupo está no primeiro caso, é subordinado; se no segundo, está subordinando. Se está no primeiro caso, está sujeito à hegemonia; se no segundo, é agente ativo da hegemonia.

Esta análise geral, entretanto, sofrerá, em Gramsci, o crivo do mundo concreto, quando deparar-se com a obrigação de teorizar sobre os descaminhos da ação revolucionária na Itália. Esta articulação concreta revelará, por outros ângulos, o direito presente no centro do conceito de hegemonia.

²⁸ Muito embora estas pequenas disputas possam estar encartadas em uma estratégia com maior envergadura, de “grande política”, o que exigiria, no sistema gramsciano, uma fina análise sobre as conexões entre proposições, atores, ambiente histórico etc.

Além disso, para a melhor compreensão de como a hegemonia é exercida, trarei brevemente uma comparação com noções de sociologia que estão na mesma topografia de problemas: poder, dominação legítima, disciplina e poder simbólico.

Após identificar em uma específica realidade política o papel do direito no exercício da hegemonia, avançarei para o terceiro eixo da reconstrução do conceito, referente ao *conhecimento* produzido durante seu exercício. Essa discussão sobre o conhecimento produzido está intimamente vinculada aos mecanismos, instrumentos e atores do processo de realização de hegemonia (“intelectuais” e a “fábrica do americanismo e fordismo”), motivo pelo qual fatalmente a discussão sobre tais pontos aparecerá conectada.

Com este quadro em mente, poderão ser apontados alguns exemplos da história do direito e da sociologia jurídica.

Após sua experiência como representante do partido italiano na Internacional, na União Soviética, Gramsci tinha reunido uma série de elementos para pensar as diferenças entre as duas situações. Esta reflexão dará origem à sua tipologia de “Oriente” e “Ocidente”.²⁹

Tais não são categorias geográficas, mas de leitura política.

Para Gramsci, nos países de tipo “oriental”, dos quais o mais significativo é a Rússia, a supremacia de uma classe sobre a outra pode ser assegurada pela coerção do Estado. Nesses países, “o Estado é tudo, e a sociedade civil não é nada, é gelatinosa”. Nos países “ocidentais”, diferentemente, a supremacia é baseada no consenso, que opera na sociedade civil, sendo a coerção só usada em casos limítrofes³⁰

²⁹ Esta discussão retornará, com maior detalhe, adiante, quando analisado o conceito de “guerra de posições”.

³⁰ COUTINHO, *Gramsci: um estudo...*, cit., p. 127-128: “Duas problemáticas básicas distinguem essas esferas, justificando que elas recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo. Em primeiro lugar, temos uma diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de

(muito embora a coerção esteja lá, diuturnamente, como violência simbólica, em potência, na condição de garante da ordem que se quer consensual).

Na sociedade civil, integrada pela imprensa, pelas escolas, pelas igrejas e ordens religiosas, pelos partidos políticos, pelos intelectuais, não é a força física a tônica para a imposição da vontade. Nos países “orientais” existem a força e o consenso, mas a tônica que assegura a supremacia e a subordinação é a força. Nos países “ocidentais”, existem a força e o consenso, mas a tônica está no segundo.

A estrutura institucional que suporta a força é a sociedade política (ou o “Estado-coerção”, ou, ainda, “Estado em sentido estrito”); a que suporta o consenso é a

poder. Ambas, em conjunto, formam ‘o Estado’ (no significado integral: ditadura + hegemonia); Estado que, em outro contexto, Gramsci define também como ‘sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada na coerção’. Nesse sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. Assim, como podemos ver, é a sociedade política (ou o Estado-coerção) o momento do fenômeno estatal que recebeu a atenção prioritária dos clássicos, enquanto as novas determinações descobertas por Gramsci concentram-se no que ele chama de sociedade civil”. Do mesmo intérprete, sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci: *Gramsci e a sociedade civil*, disponível em: <<http://www.atnet.com.br/gramsci/>>. Sobre a interpretação de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho, no mesmo *site*: HENRIQUES, Luiz Sérgio; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O Gramsci de Carlos Nelson Coutinho*. Interessante também a leitura de obras escritas em época na qual Carlos Nelson Coutinho não era gramsciano, como *O estruturalismo e a miséria da razão*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. À p. 171 pode-se ler: “A extraordinária singularidade *teórica* de Lênin pode ser vista no fato de que até mesmo pensadores que compreenderam a importância de suas posições *políticas* não fizeram o mesmo com relação à justeza de suas colocações *filosóficas*. Gramsci, por exemplo, chegou a desenvolver com grande brilhantismo a teoria política de Lênin; em filosofia, contudo, permaneceu ligado a um historicismo subjetivista, ‘ativista’, cujas raízes remontam ao jovem Benedetto Croce”.

sociedade civil, por meio de seus múltiplos integrantes.³¹ A junção das “sociedades”, a política e a civil, dá origem ao “Estado amplo”.

No “Ocidente”, em face da predominância da sociedade civil e do consenso, a direção cultural é um objetivo estratégico mais importante do que a mera tomada do aparato estatal, em alguma quartelada. Nesse momento, como vimos anteriormente com Bobbio, o conceito muda-se: não basta dirigir um processo político de alianças; é preciso articulá-lo à direção de um processo cultural de mudanças.

Mas aqui cabe um esclarecimento, para que Gramsci não seja tomado pelo que não é. Quando nosso autor reporta-se à cultura e à política, *jamaís separa tais esferas da economia*. Pelo contrário, a cultura e a política darão respostas e encaminharão, além de seus específicos problemas, também problemas econômicos, mas na forma simbólica e institucional. Esta *articulação* da prática humana (e não sua *separação*, que de instrumento cognitivo passa a reificação fantasmal com vida própria) pode ser apreendida em uma nota sobre a “reforma intelectual e moral”:

³¹ COUTINHO, *Gramsci: um estudo...*, cit., p. 128-129: “Precisamente aqui reside o segundo ponto de diferenciação entre as duas esferas: elas se distinguem por uma materialidade (social-institucional) própria. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito. Em outras palavras: a necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção”.

“Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, **o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.** O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume”.³²

Retornando à análise concreta das relações de força que permitirá apreender o direito no núcleo do exercício da hegemonia, a partir das categorias “Ocidente” e “Oriente” revelam-se as dificuldades e as possibilidades do empreendimento transformador gramsciano: no “Ocidente” os garantes da ordem não localizam-se somente no aparato estatal, mas também na sociedade civil; os fundamentos do ordenamento jurídico são defendidos não somente pelo Estado coercitivo, mas também por amplos setores da sociedade civil.³³

³² *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 19. Com isto afastam-se quaisquer tentativas de domesticação e “inofensivização” do pensamento de Gramsci em relação à economia e ao capitalismo.

³³ O ordenamento jurídico, inclusive, emergirá de setores da sociedade civil, com o objetivo de espriar-se por todo o corpo social, para tal utilizando-se da sociedade política, do Estado coercitivo. Esta é a tese de Francesco Galgano, fundado largamente em Gramsci, sobre o surgimento do direito mercantil, *Historia del derecho mercantil*, tradução de Joaquín Bisbal, Barcelona: Laia, 1980, p. 48. Com algumas ponderações (porque enxerga uma verdadeira “tradição jurídica ocidental”, composta por direitos advindos de diversas fontes), pode-se afirmar que é esta também a explicação, sobre o surgimento do direito mercantil, de Harold Berman, *La*

A preocupação de Gramsci com as revistas especializadas em direito demonstra sua atenção ao fato de que o ordenamento jurídico está protegido não meramente pela força, mas por sua capacidade de circulação e aceitação na sociedade civil:

“Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apóiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipos, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. Seria mastodôntico um tal estudo, se feito em escala nacional: por isso, poderia ser feita, para uma cidade ou série de cidades, uma série de estudos”.³⁴

“Tipos de revista. Resenhas sobre temas de jurisprudência que interessam a determinados movimentos. Por exemplo, o conceito de ‘empregado’ segundo a jurisprudência italiana, o conceito de ‘meeiro’, de ‘técnico-chefe’, etc., que significam? Que posição têm, na jurisprudência italiana, as figuras econômicas de ‘empregado’, ‘meeiro’, ‘técnico-chefe’, etc., e por quais razões teórico-práticas?

As coleções de revistas como *Il Foro Italiano*, etc., com as sentenças promulgadas e os artigos de especialistas que as comentam, deveriam ser atentamente examinadas, para se ver quando certas questões são colocadas e por quais razões, como se desenvolvem, a que sistematização chegam (se chegam), etc. No fundo, também este é um aspecto (e muito importante) da história do trabalho, isto é, o reflexo jurídico-legislativo do movimento histórico real: ver como se dá este reflexo significa estudar um aspecto da reação estatal ao próprio

formación de la tradición jurídica de Occidente, tradução de Mónica Utrilla de Neira, México: Fondo de Cultura, 1996.

³⁴ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 78.

movimento, etc. Ao lado de sentenças e dos artigos dessas revistas técnicas, dever-se-iam ver as outras publicações jurídicas (livros, revistas, etc.), as quais, nestes últimos anos, multiplicaram-se de modo impressionante, embora sejam de má qualidade.”³⁵

Percebe-se, então, a importância do direito para a identificação da hegemonia: no “Ocidente”, onde a supremacia é exercida com maior visibilidade na sociedade civil, o direito deve ser objeto de manufatura do consenso a seu respeito. Não se trata, simplesmente, de identificar que, a partir de um quadro geral de organização econômica, os agentes econômicos realizam acordos e fabricam, a partir de suas repetidas condutas, tipos contratuais mais ou menos disseminados, capazes de certa amplitude de circulação ou mesmo de tipificação coletiva (por normatização corporativa, administrativo-estatal ou pela legislação). Este é *um* aspecto do consenso sobre o direito gerado na sociedade de agentes econômicos, mas Gramsci aponta para *algo além*, para um “sobremomento”: a própria batalha cultural sobre os tipos contratuais. Tratar-se-ia de espalhar o consenso a respeito dos tipos contratuais inclusive com quem não realiza tais operações, a partir de publicações ou divulgações sobre sua excelência e adequação à realidade.

No “Ocidente”, o direito (para além da função de garante da ordem, instrumentalizando a ação estatal violenta, e de seu papel de forma jurídica do momento econômico particular, corporativo ou tipificado pelo Estado) **deve ser objeto de consenso cultural na sociedade**. Nesse momento tem-se um exercício mais acabado de hegemonia.

Agora, para aclarar por outros ângulos o conceito de hegemonia, o recurso a categorias sociológicas que se encontram na mesma topografia de preocupações pode ser bastante útil. Por isso trarei breve pontuação sobre o poder, a dominação legítima, a disciplina (tomadas de Weber) e o poder simbólico (tomado de Bourdieu).

³⁵ *Cadernos...*, cit., v. 2., p. 238.

Na clássica definição de Weber, “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade. Por dominação deve entender-se a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas; por disciplina deve entender-se a probabilidade de encontrar obediência para um mandato por parte de um conjunto de pessoas que, em virtude de atitudes arraigadas, seja pronta, simples e automática. (...) O conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de um homem e toda sorte de constelações possíveis podem colocar alguém na posição de impor sua vontade em uma situação dada. O conceito de dominação tem, por isso, que ser mais preciso e somente pode significar a probabilidade que um mandato seja obedecido. (...) O conceito de disciplina encerra o de uma obediência habitual por parte das massas sem resistência e sem crítica”.³⁶

Se, em sua noção mais dura, o poder é a capacidade de impor a vontade a outrem, quebrando-lhe a resistência eventualmente imposta, a dominação inclui a legitimidade da aceitação, pelo subordinado, da vontade do que subordina. A disciplina é vista quase como uma ação tradicional, autômata, objeto de nenhum tipo de percepção ou autotematização.

³⁶ Conceptos sociológicos fundamentales. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Tradução de José Medina Echavarría et al. 13. ed. México: Fondo de Cultura, 1999. p. 43, tradução livre. Para aspectos biográficos de Max Weber, a obra indispensável é de sua esposa: WEBER, Marianne. *Weber: uma biografia*. Tradução de Alda Porto e Mario Eufrazio. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003. Para uma obra de divulgação de histórica importância: FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Tradução de Luís de Castro e Costa. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Recentemente houve a publicação de diversos livros no Brasil, dedicados à múltipla “atualidade de Max Weber”: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: UnB, 1999. do mesmo autor: *A atualidade de Max Weber*. Brasília: UnB, 2000; *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000. COELHO, Maria; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilda (Org.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: UnB, 2000. Em outra chave, mas também muito interessante para o debate brasileiro sobre tal atualidade: GERTZ, René (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. Tradução de René Gertz. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

Destas formas de direção do outro a que mais se aproxima da hegemonia em termos de sofisticação e eficácia é a dominação legítima.

O poder guarda um aspecto bruto, passível de gerar grande ódio e ressentimento, e, portanto, instabilidade para seu exercício; a disciplina é exercida sobre um subordinado que, ao anular sua atividade criativa para a relação na qual se insere, diminui muito as próprias possibilidades da relação, que perde um formulador e ganha somente um instrumento.

A dominação legítima é mais sofisticada que ambas, pois dota o subordinado de algum grau de escolha e permite-lhe certo campo de ação: o de aceitar o caminho proposto pelo dominante, seja pela força do passado, pela capacidade extraordinária do dominante ou pela eficiência da previsibilidade apresentada por sua ordem.

A hegemonia, entretanto, guardaria um grau de sofisticação e eficácia além da dominação legítima: não seria a passiva aceitação, mas sim um positivo querer por parte do subordinado, em função do grau de universalidade que o agente hegemônico apresenta. Como já adiantado, ser hegemônica, fazendo seus valores serem compartilhados pelas demais classes, é abrir possibilidade para as classes e setores hegemonzados³⁷ também desenvolverem suas potencialidades.³⁸

³⁷ O neologismo aparece em: KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do homem burguês*. São Paulo: Senac: 2000. p. 40. Este intérprete tem diversos trabalhos nos quais trabalha temáticas gramscianas, entre os quais: *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; *O futuro da filosofia da práxis – O pensamento de Marx no século XXI*, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Cf. ainda: *A questão da ideologia em Gramsci e Gramsci e a crítica da modernidade*, ambos disponíveis em: <<http://www.atnet.com.br/gramsci/>>. Para uma apreciação de sua obra: PINASSI, Maria Orlanda (Org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Unesp; Boitempo, 2002.

³⁸ Essa característica de universalidade, de portador do melhor caminho, obtida pelos grupos sociais hegemônicos, é ressaltada pela literatura sobre relações internacionais inspirada em Gramsci, quando pretende explicar o “pólo hegemônico” nos ciclos de expansão do capitalismo. Tal pólo, um país capaz de garantir a segurança das negociações comerciais internacionais, expandindo-se, ao mesmo tempo em que expande todo o sistema, é hegemônico até o momento em que consegue fazer que todos o enxerguem como apto a abrir o “melhor caminho a seguir na rota do desenvolvimento econômico”. Nesta chave:

Por isso Gramsci salienta ser a hegemonia *necessariamente* um exercício no qual há espaço para as classes dominadas se desenvolverem:

“O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso *não podem envolver o essencial*, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.³⁹

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996. ARRIGHI, Giovanni; BEVERLY, Silver (Org.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais*. Disponível em: <<http://www.atnet.com.br/gramsci/>>.

³⁹ *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 48. Francisco de Oliveira identifica o exercício da hegemonia nestes moldes em sua análise sobre a década de 90 no Brasil, em: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, Petrópolis: Vozes, 1998. p. 220. “Os interesses dos dominantes tendem a transformar-se em ‘senso comum’ para os dominados, e este sempre foi, na interpretação gramsciana, um dos claros sintomas de hegemonia, de produção do consenso que substitui a pura violência como elemento da dominação de classes. É o que se passa na mistificação da estabilidade monetária pós-Plano Real: as classes populares, que só têm objetivamente a ganhar com reformas profundas no Brasil, dadas as desigualdades, que são crescentes, converteram-se nas maiores defensoras da estabilidade, isto é, da não-reforma, devido a uma dolorosa experiência subjetiva de convivência com a inflação.” Entretanto, Francisco de Oliveira em outro momento abandona o esquema da hegemonia para raciocinar o caso brasileiro, afirmando ser o caso da supressão de qualquer margem para o consenso, o que levaria a situação mais próxima ao totalitarismo do que à hegemonia (p. 201-203): “A situação sugere, pois, hegemonia. A formação de um consenso que se dá no momento em que os de baixo, os dominados, tornam seus os valores dos dominantes: a estabilidade monetária é esse valor, interpretado por uns e outros como seu máximo e convergente interesse. Mas há uma diferença crucial, que torna o conceito de hegemonia impróprio para

Sendo o exercício da hegemonia um amálgama entre imposição e liberdade, no qual o compromisso com algum grau de manobra por parte dos subordinados esbarra, inevitavelmente, no limite das questões essenciais, inegociáveis, dos grupos dominantes, não se pode deixar de notar a semelhança da proposta de Gramsci com a percepção de Bourdieu sobre o poder simbólico, que justamente articula imposição e aceitação, em espécie de cumplicidade construída, com maior ou menor grau de consciência e conseqüência: “Toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seu impacto, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa nem livre adesão a valores”.⁴⁰

Desta maneira, no plano sociológico, a hegemonia se opera na sociedade civil a partir do consenso em torno de alguns valores, que, pertencendo a uma classe, são apropriados por outras, como se a estas pertencesse. Este compartilhamento de valores, derivado dessa capacidade de aparentar portar o “universal”, sustenta a

interrogar e decifrar o enigma. A hegemonia, como o próprio nome sugere, significa a criação de um campo de significados unificado, que abre, entretanto, as brechas para sua própria negação. (...) O neoliberalismo renuncia à universalização e ultrapassa sorrateiramente – contraditoriamente, como nos advertiriam os frankfurtianos – a soleira do totalitarismo. (...) apesar de que a aparência seja de uma hegemonia finalmente lograda, após o longo período de violentas transformações e de pesados ajustes no interior do bloco dominante, que sempre se renovou, diga-se de passagem, o conceito perde eficácia porque o processo em curso não é integrador. O totalitarismo, apesar de seu claro inacabamento, parece mais produtivo teoricamente. Ele se refere a um processo de destruição do campo de significados comuns a dominantes e dominados, e seu sonho é o apartheid total”. Paulo Arantes analisa esta hipótese de Oliveira: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004. p. 117, nota 4.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Tradução de Sergio Miceli et al. São Paulo: Edusp, 1996. p. 37. Sobre este ponto, do mesmo autor as seguintes obras: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 9-14; *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Tradução de Guilherme Teixeira e Maria Setton. São Paulo: Zouk, 2002. p. 216, nota 15; *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 271, nota 3. Sobre a obra de Bourdieu e o conceito de direito que dela emerge: GARCÍA INDA, Andrés. *La violencia de las formas jurídicas: la sociología del poder y del derecho* de Pierre Bourdieu. Barcelona: Cedecs, 1997.

aceitação da própria ordem jurídica, tomada pelos subalternos como o melhor caminho a seguir.

Os valores compartilhados apresentam em seu centro um consenso quanto ao direito, como observa Oliveiros Ferreira: “Se esses valores nucleares não existissem ou não tivessem essa força integrativa, dificilmente as normas jurídicas, cíveis e penais, poderiam sustentar seu império – ser vigentes e válidas – por um longo período sobre um território em que os grupos e os indivíduos nada teriam a aproximá-los na trama de sua existência comum, salvo a necessidade do contato físico imposta pela luta contra a carência – quando e se essa necessidade se apresentasse. Quando esses sistemas de valores gerais deixam de expressar-se nas condutas dos diferentes grupos, os nexos de solidariedade existentes entre eles tendem a diluir-se, a forma de interpenetração das consciências se transforma, e, para usar ainda uma vez a linguagem de Rousseau, está-se diante de uma situação em que se verifica a corrupção da relação entre a grande sociedade e as sociedades particulares”.⁴¹

Quais são os principais mecanismos para que tais valores venham a ser compartilhados e assim exercida a hegemonia?

Identificar tais mecanismos permitirá que entremos no terceiro momento da reconstrução do conceito de hegemonia, referente ao *conhecimento* que emerge da natureza relacional e prática do homem e das possibilidades e dificuldades existentes nas concretas lutas pela direção da sociedade.

Gramsci apontará principalmente dois mecanismos, como referido acima: os “intelectuais” e “a fábrica do americanismo e fordismo”. Como veremos, ambos estão, no sistema gramsciano, fortemente vinculados ao direito.

Conforme observamos na descrição de seu programa de pesquisa, Gramsci mergulha na história dos intelectuais italianos, com o intuito de compreender como contribuíram para a vigente relação de forças políticas na Itália. Deste mergulho emergirá a noção de que os intelectuais são instrumento de asseguramento da

⁴¹ *Os 45 cavaleiros...*, cit., p. 48.

hegemonia de uma classe sobre a outra, de setores internos em uma classe sobre outros setores, bem como a noção de que podem existir intelectuais nas classes subalternas que sejam instrumentos para a contra-hegemonia.⁴²

Por outro lado, quando Gramsci passa a analisar os Estados Unidos, depara-se com uma forma distinta de exercício da hegemonia, que tende a minimizar a utilização dos intelectuais nos termos estabelecidos na Itália e na Europa. O movimento do fordismo e do americanismo impunha, a partir das exigências intrínsecas ao processo de produção, comportamentos e posturas que passavam a ser adotados pelos subordinados, trazendo uma diminuição da importância da mediação dos intelectuais (em sentido “europeu”).

Iniciando a análise sobre os intelectuais, pode-se recordar a sugestão de Paulo Arantes, para quem “(...) se pode reconhecer em Gramsci uma espécie de sagração de esquerda da função intelectual, algo que só encontra paralelo na *intelligentsia* radical russa do Oitocentos. Todo intelectual é virtualmente um ideólogo, mais precisamente um funcionário da hegemonia, mas nesta mesma medida, visto que a autonomia é indispensável para a existência de tal vínculo, um filtro privilegiado dos interesses populares. É sobretudo desse ângulo ideológico que Gramsci aprecia a história das lutas de classes em seu país”.⁴³

Qual a razão dessa “sagração”?

⁴² Desse mergulho resultará, inclusive, a noção de que os intelectuais podem trabalhar a coerção e o consenso, a partir do aparato do Estado, como se vê com o caso dos intelectuais da burocracia estatal que manejam a ordem jurídica e criam, sobre ela, diversas ideologias, que ganham circulação na sociedade civil. Esta é uma proposição que explora as zonas cinzas da tipologia de Gramsci.

⁴³ ARANTES, Paulo Eduardo. Uma reforma intelectual e moral. *Ressentimento da dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel* (antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 340.

As relações de conhecimento são, para Gramsci, constitutivas do exercício de hegemonia: “(...) a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de ‘hegemonia’ política”.⁴⁴

Assim, identificar como são produzidas tais relações de conhecimento, quem são os atores, seus espaços institucionais, a aderência ou fragilidade das proposições realizadas etc., tem importância direta para o projeto de alteração do quadro de subordinação política (como se demonstrará adiante, há uma específica atenção de Gramsci para os intelectuais que manejam o instrumental jurídico).

Para Gramsci, a concepção de intelectual é absolutamente ampla: todo homem é intelectual, todo homem produz conhecimento em suas relações, e, portanto, todo homem é portador e divulgador de uma visão de mundo:

“Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso existem graus diversos de atividade especificamente intelectual. Não há atividade da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para

⁴⁴ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 315. E por isso, aliás, a afirmação de que “Hegemonia é ordenar socialmente a ideologia”, à p. 375.

modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar”.⁴⁵

Todos os homens são capazes de produção de concepções de mundo e, de uma ou outra maneira, levam a cabo esta tarefa. Entretanto, algumas classes, por sua posição na organização social, têm condições de desviar parte do excedente extraído a fim de formar uma especializada camada de intelectuais, com funções precisas, em delimitados espaços institucionais. Analisando o fenômeno dos intelectuais vinculados ao capitalismo, Gramsci não poderá deixar de notar o intelectual do direito:

“Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia, o organizador de uma nova cultura, **de um novo direito**, etc., etc.”⁴⁶

Antes de adentrarmos no tipo de conhecimento produzido por este “amplíssimo” intelectual (na verdade, nada menos do que todo e qualquer tipo de homem) e suas conexões com o exercício da hegemonia (também, neste caso, com o direito em seu centro), lembremos algumas especificações da teoria dos intelectuais de Gramsci.

Eles são estudados em relação às classes às quais pertencem, às estruturas institucionais às quais estão vinculados, sem perder de vista que seu papel é

⁴⁵ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 52-53. Às p. 18-19. “(...) todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se, assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.”

⁴⁶ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 15.

funcional: o de elaborar visões de mundo que serão compartilhadas para implementar o exercício de hegemonia.⁴⁷

Em conexão com sua teoria política, os intelectuais estarão localizados no aparato coercitivo ou na sociedade civil: “Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela do ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade”.⁴⁸

A esta noção agrega-se outra, referente à posição perante as classes sociais fundamentais: se o intelectual vincular-se a uma das classes fundamentais, é “orgânico”; se vier a se situar em aparatos que não mais pertençam com exclusividade às classes fundamentais, antes apresentando uma longa história, que tendencialmente

⁴⁷ Deve ser lembrado, como levemente adiantado em nota anterior, que Gramsci está atento também ao surgimento de um específico tipo de intelectual, o integrante das burocracias públicas e privadas (que, a partir de sua *atividade técnica*, por meio da coerção política ou econômica, assegura o compartilhamento da visão de mundo), cuja proeminência ele já identifica.

⁴⁸ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 20-21.

lhes garantiria certa distância do conflito entre tais classes (como os intelectuais da Igreja ou os vinculados à universidade), são denominados “tradicionais”.⁴⁹

Os intelectuais orgânicos das classes dominantes elaborarão as interpretações que tenderão a demonstrar que o papel desempenhado por tais classes é o “universal”, o “melhor caminho”. De seu poder de convencimento, da aderência de suas proposições ao real, dependerá a eficácia da hegemonia exercida.⁵⁰

Em sua função de amarrar a visão dos subordinados de maneira funcional ao quadro social protegido (ou o que se quer subverter), os intelectuais criarão “conhecimentos”, os quais Gramsci classifica na seguinte topologia: folclore, senso comum, bom senso e filosofia.

O folclore é visão de mundo caracterizada por elementos “bizarros”, advindos de tradições mágicas, constituindo verdadeiro repositório de respostas antigas a problemas hoje solucionados de maneira diversa. Internamente, é um verdadeiro mosaico, permitindo-se contradições e não se cobrando qualquer coerência. O senso comum, internamente, também tem a característica de um mosaico, permitindo-se inúmeras contradições internas. Entretanto, responde aos problemas atuais, espalhando-se pela maioria da população, sendo verdadeiro objetivo do exercício de hegemonia. O

⁴⁹ Esta é leitura de Carlos Nelson Coutinho, incomum, mas que me parece correta. Os intelectuais e a organização da cultura. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Os que usam como sinônimos “intelectual orgânico” e intelectual das classes subalternas ignoram inúmeras menções de Gramsci aos intelectuais orgânicos das classes dominantes. Cf. Gramsci, *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 16. A posição de Gramsci é diferente da posição de Mannheim, porém muito mais no nível político-normativo (porque os intelectuais para Gramsci não são capazes de qualquer ação política conseqüente, se isolados das classes fundamentais) do que no nível sociológico (uma vez que ambos percebem o possível grau de independência, em função de estruturas institucionais – vincando-se que em Gramsci este grau nunca terá as causas e conseqüências que têm para Mannheim). Cf. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sergio Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 178 e ss.

⁵⁰ Não se pode perder de vista que esta construção do consenso, justamente por realizar-se em terreno concreto, é um misto de imposição e aceitação, de repressão e construção conjunta, enfim, de manufatura direcionada da cumplicidade, nos termos de Bourdieu, que entendo adiantados, algumas décadas, por Gramsci.

bom senso é o senso comum adubado e organizado pela filosofia: suas contradições internas diminuiriam sensivelmente. Esta categoria guarda em Gramsci um aspecto politicamente progressista: seria bom senso o senso comum transformado pela filosofia, em um momento no qual esta desvenda os segredos da subordinação e auxilia a luta pela sua superação. O objetivo dos subordinados insurgentes, então, seria substituir o folclore e o senso comum pelo bom senso. A filosofia é o tipo de conhecimento com maior grau de lógica interna (o que não significa que tal lógica tenha qualquer relação com a verdade ou com a eficácia social). A filosofia é o momento alto de sistematização dos diversos conhecimentos, e pode servir para alimentar o senso comum ou para transformá-lo em bom senso, servindo a qualquer dos pólos da relação de subordinação política.

Estes tipos de conhecimento não se distinguem entre si por qualquer natureza de qualidade, como se vê, e tampouco pela nobreza de suas funções: estão todos vinculados ao mundo social, da subordinação de um grupo a outro. Por isso, são todos lidos a partir da hermenêutica da hegemonia, em chave nitidamente política, agrupados sob a categoria geral de ideologia, que aproxima todos os tipos, embora os diferencie:

“(…) como é possível distinguir entre as ideologias (iguais, segundo Croce, a instrumentos de ação política) e a filosofia? Ou seja, a distinção será possível, mas apenas por graus (quantitativamente) e não qualitativamente. Aliás, as ideologias serão a ‘verdadeira’ filosofia, já que elas serão as vulgarizações filosóficas que levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade. Isto é, elas serão o aspecto de massa de toda concepção filosófica, que adquire no ‘filósofo’ características de universalidade abstrata, fora do tempo e do espaço, características peculiares, de origem literária e anti-histórica”.⁵¹

⁵¹ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 312. Em chave levemente distinta da que estou adotando: BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

A capacidade de organizar a visão dos subordinados, normalmente calcada no senso comum e no folclore, levando-a a estruturar-se como bom senso, será o papel dos intelectuais orgânicos das classes subalternas, nos momentos de insurgência, para tal utilizando-se da filosofia, como explicado acima (muito embora Gramsci seja plenamente consciente dos perigos de “vanguardismo” ou “elitismo” que podem surgir nas relações entre os intelectuais e as massas; por isso, como visto anteriormente, as mudanças propostas por tais intelectuais devem passar pelo severo crivo da análise de relações de forças, e não serem “arbitrárias”). Esta interpretação também está contida em Debrun:

“Se a filosofia, em vez de ser a simples sistematização da ação política, ‘informa’ essa ação – e a ação social, científica etc. –, não é mais possível definir certas categorias-chave da obra gramsciana sem referência à filosofia. Dizer, por exemplo, que a hegemonia é liderança, e não coação aberta ou disfarçada, é pouco, mesmo precisando que essa liderança conta com o consenso ativo dos liderados. Pois o importante é que esse consenso não descansa num apelo puramente emocional, nem apenas nas promessas feitas pelo grupo líder aos grupos dirigidos, mas numa compreensão coletiva do momento histórico, sob o impulso e a coordenação dos intelectuais, dos filósofos do grupo dirigente. Desta forma, a oposição entre hegemonia e dominação não se reduz à oposição entre persuasão e repressão. Implica também uma oposição entre a filosofia e a não-filosofia, que pode ser também a ‘má filosofia’, a do senso comum ou a que se vale do apelo ao senso comum para justificar políticas hostis à mudança social. O mesmo se diria a respeito da sociedade civil, cujos aparelhos ideológicos – escolas, igrejas, partidos etc. – exprimem e sedimentam em nível institucional a hegemonia e, portanto, a filosofia de determinado grupo”.⁵²

O conhecimento tem relação direta com a subordinação, conformando-a. O tipo de conhecimento manipulado pelos agentes sociais terá direta vinculação com

⁵² Op. cit., p. 31. À p. 36, lê-se: “Quando a filosofia verdadeira consegue se espalhar, ela se torna Bom Senso. E opera-se, no povo e não apenas numa elite, a reforma intelectual e moral a que aludimos”.

seu posicionamento no quadro da subordinação, e por isso as ideologias ou filosofias que quiserem alterar o (ou manter-se) senso comum deverão apresentar um caráter não-arbitrário, vinculado aos problemas essenciais aos quais surgiram para dar resposta:

“É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, ‘voluntaristas’. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são ‘arbitrárias’, não criam mais que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)”⁵³.

Se as ideologias ou filosofias responderem de maneira eficaz a problemas práticos, sendo orgânicas, ganharão validade de verdadeira força material, capaz de predicar e interferir nos acontecimentos do mundo, alterando-os:

“Validade das ideologias. Recordar a freqüente afirmação de Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: ‘quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares’, etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, com freqüência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante, e que é muito significativa”⁵⁴.

⁵³ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 237-238.

⁵⁴ *Cadernos...*, cit., v. 1, p. 238. Esta nota será analisada adiante, quando tratarmos do conceito de bloco histórico. A partir destas proposições, pode-se prescindir da discussão sobre o caráter de “mera aparência” das superestruturas. Basta mencionar a afirmação da p. 295: “O mais importante problema a ser discutido neste parágrafo é o seguinte: se a filosofia da práxis exclua a história ético-política, isto é, não reconheça a realidade de um momento de hegemonia, não dê importância à direção cultural e moral e se julgue realmente os fatos da superestrutura como ‘aparências’”. Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política,

Os intelectuais responsáveis pela manipulação de tais crenças que ganharão força verdadeiramente material são fundamentais à manutenção do esquema de organização social desenvolvido e mantido em favor dos dominantes, bem como para qualquer estratégia de superação.

Nesta perspectiva, seguindo a reconstrução do conceito de hegemonia que proponho, os intelectuais que manipulam o instrumental jurídico ganham relevância central, e por isso a eles Gramsci dedicará não só uma nota investigando a quantidade de advogados formados e habilitados em diversos países da Europa,⁵⁵ como também se

como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas”. Cf. também p. 192 e 295.

⁵⁵ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 161-162, “Passado e presente. Os advogados na Itália. Cf. o artigo de Mariano D’Amelio, ‘La classe forense in cifre’, no *Corriere della Sera* de 26 de janeiro de 1932. Cita um estudo de Rodolfo Benini, publicado nos *Anais da Accademia dei Lincei*, ‘rico de sábias e sutis observações acerca da classe dos advogados, dos procuradores e dos causídicos, relativo aos anos de 1880 e 1913’. Livro de Piero Calamandrei (editado pela Voce, me parece, e intitulado *Troppi avvocati!*). Estudo recente de Spallanzani (cerca de vinte páginas), ‘L’efficienza della classe forense sulla vita italiana’ (sem indicações bibliográficas). Em 1880, nos três registros de advogados e procuradores, apenas de advogados e apenas de procuradores, estavam inscritos 12.885 profissionais, isto é, 45,17 por 100 mil habitantes; em 1913, o número era de 21.488 – 61,97 por 100 mil habitantes. Em 1923, 23.925 – 54,41 por 100 mil. Em 1927, depois da revisão extraordinária dos registros disposta pela nova lei, o número ascende a 26.679 – 68,85 por 100 mil; foram cancelados mais de 2.000. A ação de revisão e as novas normas restritivas de registro reduzem o número, em 1929, para 25.353 – 64,21 por 100 mil. Agora, em média, inscrevem-se 10 advogados por ano, menos do que as baixas que se verificam. Nos outros países: França: em 1911, os *avocats* e *avoués*, 10.236 – 29 por 100 mil habitantes; em 1921, 15.236 – 39 por 100 mil. Alemanha do pós-guerra: em 1925, 13.676 *Rechtsanwälte* (advogados e procuradores) – 22 por 100 mil; em 1913, 18 por 100 mil. Áustria: antes da guerra, 15 por 100 mil; depois da guerra, 18. Inglaterra: em 1920, 17.946 – 47 por 100 mil, antes da guerra 45 por 100 mil. Nas faculdades de Direito italianas, todo ano 9 mil estudantes: os bacharelados, que no período 1911-1914 foram 1.900, em 1928-1929 foram 2.240. Em 1911-1914, os diplomados de nível secundário, 4.943 na média anual; em 1926-1929, 5.640. Na

proporá a investigação sobre o papel dos intelectuais jurídicos na formação da Itália na Alta Idade Média e sobre a importância da forma jurídica para o desenvolvimento dos grupos sociais que reabilitaram o direito romano (que assegura um quadro estável para o equilíbrio instável):

“Para a formação das classes intelectuais italianas na Alta Idade Média, é preciso levar em conta não só a língua (questão do latim médio), como também e particularmente o direito. Queda do direito romano após as invasões bárbaras e sua redução a direito pessoal e consuetudinário, em comparação com o direito longobardo; emergência do direito canônico que, de direito particular, de grupo, eleva-se a direito estatal; renascimento do direito romano e sua expansão através das universidades. Estes fenômenos não ocorrem súbita e simultaneamente, mas estão ligados ao desenvolvimento histórico geral (fusão dos bárbaros com as populações locais, etc.). O desenvolvimento do direito canônico e a importância que ele assume na economia jurídica das novas formações estatais, a formação da mentalidade imperial-cosmopolita medieval, o desenvolvimento do direito romano adaptado e interpretado pelas novas formas de vida – tudo isso dá lugar ao nascimento e à estratificação dos intelectuais italianos cosmopolitas”.⁵⁶

“Direito romano ou direito bizantino? O ‘direito’ romano consistia, essencialmente, num método de criação do direito, na resolução contínua da casuística jurisprudencial. Os bizantinos (Justiniano) recolheram a massa dos casos de direito resolvidos pela atividade jurídica concreta dos romanos, não como documentação histórica, mas como código coagulado e permanente. Esta passagem de um ‘método’ a um ‘código’ permanente pode também ser compreendida como o fim de uma época, como a passagem de uma história em desenvolvimento rápido e contínuo a uma fase histórica relativamente

magistratura superior (Cortes de Apelação, de Justiça, Suprema Corte), os magistrados em 1880 eram 2.666; em 1913, 2.553; em 1922, 2.546; em 1929, 2.557”.

⁵⁶ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 85. A nota continua, trazendo as referências de Gramsci sobre material de história do direito de que dispunha na prisão.

estagnada. O renascimento do ‘direito romano’, isto é, da codificação bizantina do método romano de resolver as questões de direito, coincide com o surgimento de um grupo social que quer uma ‘legislação’ permanente, superior aos arbítrios dos magistrados (movimento que culmina no ‘constitucionalismo’), pois somente num quadro permanente de ‘concordia discorde’, de luta dentro de uma moldura legal que determine os limites do arbítrio individual, pode ele desenvolver as forças implícitas em sua função histórica.”⁵⁷

Se os intelectuais cumprirão crucial papel no exercício da hegemonia, organizando a cultura dos subordinados na Europa, em um ambiente de agressiva industrialização, no qual as relações capitalistas estão muito mais livres para ocorrer, como os Estados Unidos da conflagração da indústria fordista, existe uma mudança nessa equação. Neste ambiente, no qual a larga massa da população passa a experimentar diretamente, “na fábrica”, as restrições do modo de produção, devendo a ele se adaptar, os valores ganham outro pólo de difusão.

Ao analisar o fenômeno da grande programação da empresa industrializante levada a cabo em um país que não estava soterrado por inúmeras tradições, tributos para com o passado medieval, e que dispunha de um vasto território, população crescente e a valorização de uma ética protestante, Gramsci, no estudo sobre “americanismo e fordismo”⁵⁸ posiciona-se sobre três problemas que viriam a ser centrais na teoria social do século XX: o mundo administrado dos teóricos do imperialismo, da economia planificada e, depois, dos frankfurtianos, a intimidade disciplinada e a afinidade entre a ética protestante e o capitalismo.

Sua avaliação do momento americanista-fordista busca compreender não só o que se passa nas relações de produção, na economia interna norte-americana, mas quais serão as consequências dessa empresa para a reorganização da política mundial e para a subjetividade das classes envolvidas.

⁵⁷ *Cadernos...*, cit., v. 2, p. 142.

⁵⁸ *Cadernos...*, cit., v. 4, p. 237-321.

O americanismo-fordismo é um momento de redefinição do exercício da hegemonia. Aqui, como em outros momentos desse exercício, **a presença do direito é nuclear**. A partir da nota organizadora do texto, pode-se ter uma idéia do papel que o direito jogará:

“Registro de alguns dos problemas mais importantes ou interessantes no essencial, embora à primeira vista pareçam não ser de primeiro plano: 1) substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, baseado imediatamente na produção industrial; 2) questão sexual; 3) questão de saber se o americanismo pode constituir uma ‘época’ histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, ou seja, uma revolução de tipo francês; 4) questão da ‘racionalização da composição demográfica européia; 5) questão de saber se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo; 6) questão dos chamados ‘altos salários’ pagos pela indústria ‘fordizada’ e racionalizada; 7) o fordismo como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro; 8) a psicanálise (sua enorme difusão no após-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determina; 9) o Rotary Club e Maçonaria; 10) (...)”.⁵⁹

O americanismo-fordismo serve como ponto de comparação, nos estudos de Gramsci, para a compreensão das outras duas faces da economia planificada: a economia soviética e a tentativa de emulação do fordismo pelo fascismo italiano.

⁵⁹ *Cadernos...*, cit., v. 4, p. 241-242. A partir do item 10 nada há escrito.

Nesses três tipos de economia planejada coloca-se a questão da planificação e direção a partir do direito: “5) questão de saber se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo (...)”.

Este questionamento guiará as perguntas de Gramsci, demonstrando que o exercício de hegemonia pelo americanismo-fordismo incorpora a forma jurídica em seus mais variados níveis e manifestações: na gestão da economia pelo Estado;⁶⁰ na direção da vida íntima, reconstruindo a subjetividade dos trabalhadores, por meio de legislação que controla seus hábitos sexuais,⁶¹ sua saúde⁶² etc.

Essa moldagem do homem pelo direito e por outras regulamentações foi identificada por Gramsci nos estudos sobre o moderno Príncipe:

“Questão do ‘homem coletivo’ ou do ‘conformismo social’. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. Mas como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em ‘liberdade’ a necessidade e a coerção? Questão do ‘direito’, cujo conteúdo deverá ser ampliado, nele incluindo aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula ‘indiferente jurídico’ e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem ‘sanções’ e sem ‘obrigações’ taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos

⁶⁰ *Cadernos...*, cit., v. 4, p. 254-260 e 272-279.

⁶¹ *Ibidem*, p. 249-252 e 262-265.

⁶² *Cadernos...*, cit., v. 4, p. 265-270.

de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.”.⁶³

Entretanto, nos estudos sobre o americanismo-fordismo, a conformação da subjetividade é mais clara, e Gramsci aponta que, na função de direção da vida íntima, o direito será parceiro daquele outro nível de ordenação que Foucault identificou como “disciplina”.⁶⁴ As observações sobre a necessidade que o americanismo-fordismo tem de controlar, com legislação sobre “saúde pública”, o tempo dos trabalhadores, seu consumo de álcool, sua vida sexual etc. jogam luz sobre o amálgama “produção econômica – direito – outras formas de ordenação”.

Neste quadro, a mediação intelectual existe, pois os homens continuam tomando consciência do conflito no terreno das ideologias, mas transfigura-se: a racionalização coletiva empreendida pela indústria fordista dispensaria muitas camadas geológicas de legitimação e justificação intelectual, fundamentais no panorama europeu, gravando-se com grande intensidade diretamente no corpo dos subordinados (o que é uma poderosa forma de construção do senso comum). Esta é a anotação de Werneck Vianna (que, embora não ressalte o papel do direito, capta muito do essencial sobre a diminuição das camadas de mediação da hegemonia):

⁶³ *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 23-24. Esta nota será analisada adiante, quando tratarmos da “guerra de posições” e o direito.

⁶⁴ Cf. FONSECA, Márcio. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 37. “O tema da ‘norma’ e da ‘normalização’ tal como aparece em Foucault não deve ser buscado prioritariamente do lado do direito, da lei, das regras postas por um poder constituído e competente para tal, mas sim do lado da medicina, da psiquiatria, do campo compreendido pelas ciências que têm como objeto a vida. A norma em Foucault remete antes ao funcionamento dos organismos e domínios de saber e de práticas que lhes correspondem e não exatamente às categorias formais do direito.” Em Gramsci existe a percepção dessa “normalização” advinda de instrumentos que não o Estado, como a fábrica, seu serviço de saúde etc. Entretanto, o esforço de Gramsci será identificar os liames entre esta normalização, a ação jurídica estatal e a lógica de acumulação que as está impulsionando. Gramsci e Foucault enxergam o mesmo fenômeno, mas o primeiro inquirirá, sempre, as relações com a totalidade, com o modo capitalista de produção e seu desenrolar na história concreta das classes, dos países e civilizações.

“O capitalismo americano, pressupondo uma formidável racionalização da população, desconhecendo essas presenças fantasmiais do passado, dispensaria elevados custos políticos e ideológicos para a montagem da sua proposta hegemônica. Livre das reivindicações de setores parasitários, a ‘hegemonia nasce nas usinas e só tem necessidade de uma quantidade ínfima de intermediários profissionais da política e da ideologia’.

‘Intramuros’ da fábrica produzem-se instrumentos de coerção social e valores generalizáveis consensualmente. A unidade fabril se torna o protagonista principal entre os aparelhos da sociedade civil que integram o Estado. No caso, a dialética na relação entre supra e infra-estrutura, para a produção da hegemonia das classes dominantes, não se resolve pela eliminação do pólo supra-estrutural. Limita-o apenas para uma função complementar e subordinada. Sua importância revela-se na manutenção do sistema bipartidário, na repressão dos sindicatos e na construção ideológica da figura do ‘homem americano’.

Para a produção do consenso, a fábrica recorre à psicologia e à sociologia, ‘adaptando’ e ‘integrando’ a classe operária, a fim de criar um novo tipo de trabalhador submetido realmente à concepção do mundo do capital. A integração, porém, não poderia resultar da simples manipulação de variáveis comportamentais. A fábrica altamente racionalizada, atuante como aparelho fundamental de hegemonia, vai ao encontro de algumas necessidades fundamentais da classe operária. Racionalização, ideologia do trabalho, salários altos e bem-estar para os trabalhadores resumem a fórmula geral da concepção hegemônica do fordismo”.⁶⁵

⁶⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 100-102, Adiante, p. 103-104: “Atualizar e modernizar a produção não passa de um termo isolado na problemática do fordismo. A verdadeira dificuldade está na articulação de um sistema complexo que internalize no trabalhador sua submissão ao capital e à maquinaria. Em oposição à vida urbana, em que a socialização se opera desde a infância, a assimilação do trabalhador pela

fábrica moderna requereria ‘um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc.’. A racionalização da produção e do trabalho imperativamente reclamam a socialização das classes subalternas em geral, conforme padrões éticos que favoreçam sua integração no mundo fabril. Exige-se um novo tipo de homem em tudo diferente da psicologia do artesão. Compor esse personagem social implica a reelaboração de valores sociais, a fim de compatibilizá-lo com a realidade fabril racionalizada em grau extremo”.

Assim, o consenso surgiria da vinculação direta das classes trabalhadoras à gigantesca empresa industrializante levada a cabo, reafirmando-se o caráter “universal” da classe hegemônica. Entretanto, apesar de limpar a borra de intelectuais existentes na Europa, o americanismo e o fordismo não poderão deles abdicar. Mesmo sendo a empresa industrializante o mais forte e vigoroso propulsor do consenso, Gramsci observará que Henry Ford não hesita em produzir “cultura teorizante”, nos “velhos” moldes europeus (não sendo tal fato mero acidente ou excentricidade do industrial e político, mas sim um dado integrante do sistema).⁶⁶

Minha interpretação dos escritos de Gramsci sobre o americanismo-fordismo privilegia a pegada crítica. Entretanto, há uma interpretação de Gramsci (que acentua em Gramsci mais Alexis de Tocqueville do que Maquiavel e Rousseau) que sustenta ter o italiano notado que a racionalização americanista e fordista, com toda a alienação e repressão que traz, encerra também seu oposto, um elemento que pode ser considerado progressista, justamente pela limpeza da borra. Essa é a sugestão de Werneck Vianna nos estudos sobre a “revolução passiva brasileira”:

“O americanismo é, para Gramsci, uma nova forma de Estado que nasce da própria sociedade, ‘uma nova cultura’ e um ‘novo modo de vida’ (Q., 2179), um histórico-universal que se imporia pelo movimento expansivo da estrutura racionalizada do seu sistema produtivo e da sociedade industrial de massas. Tal movimento concederia um protagonismo inédito aos ‘fatos’, acentuando o papel da diferenciação molecular na mudança social, na medida em que, ao

⁶⁶ Aliás, a Italo Calvino, leitor de Gramsci, não escapou a dupla atuação do fordismo, de manufatura do homem com teoria e prática, quando criou o diálogo entre Henry Ford e um inquieto e inteligente interlocutor, em *Um general na biblioteca*, tradução de Rosa D’Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 233. “Interlocutor – O senhor realizou muitíssimo na fabricação de coisas, Mister Ford... E também teorizou muito... Mas enquanto as coisas correspondiam sempre às suas previsões e aos seus projetos, os homens não, pois nos seres humanos havia sempre algo que lhe escapava, que frustrava as suas expectativas... É assim? Henry Ford – Minha ambição não foi só fazer as coisas. O ferro, a chapa metálica, o aço não bastam. As coisas não são um fim em si mesmas. Era um modelo de humanidade que eu pensava. Não fabricava apenas mercadorias. Queria fabricar homens!”

contrário das revoluções passivas do passado, o americanismo estaria menos contido e disciplinado por supra-estruturas e pela ação de intelectuais extrínsecos ao mundo da produção.

Tomada isoladamente, a dimensão estrutural do americanismo assumiria a forma de uma revolução passiva permanente, avessa a sínteses como foi o ‘hegelianismo dos moderados’. Mas o americanismo seria também uma nova sociabilidade, a qual se deveria traduzir, pela ação maquiaveliana do portador da antítese, em uma nova ordenação supra-estrutural. Se o que há de *passivo* no americanismo tende a simplificar a supra-estrutura, em nome da racionalização da estrutura – tal como subsumir a política e suas categorias à linguagem da economia –, o que há de ativo nele tende a realizar, no plano da cultura e da consciência, movimento oposto: criar, ‘por baixo’, em um movimento de acumulação molecular, uma nova vida estatal que expresse a internalização em cada indivíduo de ‘supra-estruturas complexas’, e assim encaminhando a resolução da velha contraposição entre as esferas do público e do privado. É o avanço da *economia* o que permite a concepção de uma nova *política*. Mesmo como revolução passiva, o americanismo pode ser considerado em Gramsci como uma vantagem do moderno”.⁶⁷

Esta interpretação é sugestiva, mas avalio que a busca por alguma possibilidade de intervenção transformadora em Gramsci não poderá prescindir, em termos nucleares, da vertente maquiavélica, pois esta aponta para uma das premissas do pensamento de Gramsci, a da totalidade.

O exercício de hegemonia é complexo no “mundo grande e terrível e complicado”, tendo o direito como suporte, em diversos ângulos. Entretanto, existe também em Gramsci a preocupação de identificar como o direito poderá vir a ser instrumento para a superação da subordinação do grande número:

⁶⁷ VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 82.

“Uma concepção do direito que deve ser essencialmente renovadora. Ela não pode ser encontrada, integralmente, em nenhuma doutrina preexistente (nem mesmo na doutrina da chamada escola positiva e, sobretudo, na doutrina de Ferri). Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. A concepção do direito deverá ser libertada de todo resíduo de transcendência e de absoluto, praticamente de todo fanatismo moralista, embora me pareça que não possa partir do ponto de vista de que o Estado ‘não pune’ (se este termo é reduzido a seu significado humano), mas apenas luta contra a ‘periculosidade’ social. Na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’, já que criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é ‘possível’, a ‘ação ou a omissão criminosa’ devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado. Na concepção do direito, deveriam ser incorporadas também as atividades que ‘premiam’ indivíduos, grupos, etc.; premia-se a atividade louvável e meritória, assim como se pune a atividade criminosa (e pune-

se de modo original, fazendo-se com que intervenha a ‘opinião pública’ como instrumento de sanção)”.⁶⁸

O moderno Príncipe tem, diante de si, a partir da natureza relacional e prática da humanidade e de uma fria análise da realidade política, a possibilidade de elaborar um novo direito, cujo princípio seja a ampliação do controle sobre sua produção, forma e conteúdo. Nesta nota, Gramsci aponta para repolitização do direito, o que, nos termos da sociologia jurídica weberiana, seria encarado como o aspecto material do direito.⁶⁹ Por isso, inclusive, a menção bastante precoce das sanções premiais, instrumento de que se pode valer o Estado para incentivar comportamentos que suportam ou insuflam um determinado vetor de ações.

⁶⁸ *Cadernos...*, cit., v. 3, p. 28.

⁶⁹ A nota, entretanto, pode explicar, se lida com acento “decaído”, “degradado”, muito do que foi o papel do direito nos sistemas totalitários.